



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2015**  
**(Do Sr. Rômulo Gouveia)**

**Acrescenta o art. 47-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e o art. 21-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para criar serviços telefônicos gratuitos de emergência para o atendimento a idosos e a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.**

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 47-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e o art. 21-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para criar serviços telefônicos gratuitos de emergência para o atendimento a idosos e a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 2º A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 47-A:

*“Art. 47-A: A política de atendimento ao idoso deve prever a criação e operação de serviço telefônico para o atendimento de idosos, incluindo o fornecimento das informações sobre as medidas específicas de proteção previstas no Capítulo II desta Lei..*

*§ 1º O serviço telefônico previsto no caput deverá estar disponível vinte e quatro*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*horas por dia, sete dias por semana, acessível por meio de código de acesso gratuito composto por três dígitos, que será único para todo o território nacional.*

*§ 2º O serviço telefônico previsto no caput é classificado como serviço gratuito de emergência, nos termos do inciso II do art. 109 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. (NR).”*

Art. 3º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A:

*“Art. 21-A: A política de promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida deve prever a criação e operação de serviço telefônico para o atendimento dessas pessoas, incluindo o fornecimento das informações sobre as medidas específicas de acessibilidade previstas nesta Lei.*

*§ 1º O serviço telefônico previsto no caput deverá estar disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, acessível por meio de código de acesso gratuito composto por três dígitos, que será único para todo o território nacional, e deverá disponibilizar suporte devidamente adaptado a interfaces desenvolvidas para a utilização por deficientes auditivos.*

*§ 2º O serviço telefônico previsto no caput é classificado como serviço gratuito de emergência, nos termos do inciso II do art. 109 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. (NR).”*



Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Nos anos de 2000 e 2003, entraram em vigor, respectivamente, as novas políticas de acessibilidade e de proteção aos idosos. Tais novas políticas, que se tornaram realidade com a promulgação da lei de critérios básicos de acessibilidade e do Estatuto do Idoso, representam marcos históricos na proteção desses grupos, que são indubitavelmente mais vulneráveis e têm, portanto, direito a uma proteção mais cuidadosa do Estado e da sociedade. Uma série de novas obrigações, que valem não apenas para os órgãos do governo, mas também para todos os cidadãos brasileiros, ajudaram a modernizar nossa legislação, tornando este um País mais democrático e igualitário.

Contudo, entendemos que há duas grandes falhas, que impedem uma maior efetividade dessas políticas. A primeira delas é pouca disponibilidade de canais de comunicação que possam levar aos deficientes físicos e aos idosos informações sobre seus direitos. A segunda é a carência de estruturas para o recebimento de denúncias acerca de eventuais ameaças aos direitos desses grupos.

Há que se ressaltar que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por meio da Resolução 357, de 15 de março de 2004, aprovou um regulamento sobre as condições de acesso e fruição dos serviços de utilidade pública e de apoio ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). O art. 7º do regulamento prevê que os códigos de acesso para acesso aos serviços de utilidade pública – caracterizados como aqueles que prestam serviços de interesse do cidadão – devem ser designados pela Anatel, por meio de atos específicos. Contudo, passados mais de nove anos desde a edição do regulamento, até hoje não houve qualquer designação de código para um serviço telefônico voltado para o atendimento dos idosos, o que demonstra a



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

necessidade de uma intervenção legislativa para a criação deste serviço de tão grande valia para a sociedade.

É com vistas a sanar essas falhas, suprimindo ao mesmo tempo as demandas por disponibilização de informações e por acolhimento de denúncias, que apresento o presente projeto de lei, que cria serviços telefônicos gratuitos de emergência para o atendimento a idosos e a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Tais serviços deverão estar disponíveis 24 horas por dia e sete dias por semana, serão acessíveis de maneira gratuita por meio de código facilitado de três dígitos e, certamente, prestarão um serviço de suma importância para idosos e para deficientes físicos. Ademais, ressalte-se que esta é uma medida de baixa complexidade, que exige poucos investimentos de instalação e manutenção.

Assim, é com a certeza da conveniência e oportunidade da presente proposição que conclamo o apoio dos nobres Parlamentares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**  
**PSD/PB**